

Relator da CPI dos Correios afirma que saíram do Banco do Brasil R\$ 10 milhões repassados por Marcos Valério ao PT no ano passado

## CPI DESCOBRE PISTA SOBRE VALERIODUTO

**P**elo menos R\$ 10 milhões dos recursos repassados por Marcos Valério ao PT saíram do Banco do Brasil. Essa foi a conclusão anunciada ontem pelo relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio. Ele disse que em março de 2004 o Banco do Brasil antecipou um pagamento de serviços de R\$ 35 milhões à DNA, agência de Marcos Valério. O dinheiro seria referente às campanhas de publicidade dos cartões do banco ligados à rede Visanet. Em abril, a DNA realizou uma aplicação de R\$ 10 milhões no banco BMG, que, quatro dias depois, liberou empréstimo do mesmo valor para a Rogério Lanza

Tolentino & Associados Ltda., que pertence ao grupo de Marcos Valério. A aplicação da DNA foi usada como garantia do empréstimo. Na lista fornecida por Valério à CPI, consta um empréstimo de R\$ 10 milhões feito por ele ao PT por meio da Rogério Lanza Tolentino & Associados. Com a descoberta, segundo Serraglio, começa a ser desmentida a tese de que os repasses feitos por Marcos Valério ao PT teriam como origem empréstimos obtidos por suas empresas junto ao mercado financeiro. O desvio de recursos do Banco do Brasil pode ser ainda maior: operação semelhante, em 2003, resultou na liberação de R\$ 35 milhões. **Página 3**



Osmar Serraglio (D), ao lado do deputado Eduardo Paes, aponta responsabilidade do ex-diretor de marketing do BB Henrique Pizzolato

Gerardo Magela

## Grampos contra parlamentares preocupam Romeu Tuma

Página 4

### Heloísa: governo só gastou 5,6% do previsto para saúde

Transcorridos 75% dos dias do ano, o governo federal só tinha liberado, no fim de setembro, 5,6% dos investimentos previstos no Orçamento para a área de saúde. A informação foi apresentada ontem pela senadora Heloísa Helena, que responsabilizou o "maldito contingenciamento" imposto por decreto do presidente da República. **Página 7**

Waldemir Rodrigues



### SENADORES INSISTEM NA REFORMA POLÍTICA

Alvaro Dias afirma que só uma reforma profunda no sistema político devolverá credibilidade ao Congresso. Pedro Simon lamenta que Câmara não tenha votado mudanças aprovadas pelo Senado. **Página 5**

### Senado poderá preencher agência em caso de vacância

O Senado poderá indicar e nomear dirigentes de agências reguladoras se, decorridos 90 dias da vacância dos cargos, o presidente da República não fizer a designação. A medida é prevista em projeto de lei cuja votação deverá ser realizada na próxima quarta-feira na Comissão de Justiça. A proposta é de autoria do senador José Jorge. **Página 6**

Senador adverte que os atuais 112 profissionais da Defensoria Pública da União não suprem a demanda de cidadãos carentes que procuram o Judiciário

## Paim pede maior número de defensores públicos



Paulo Paim: Defensoria Pública da União agoniza por falta de estrutura

Paulo Paim (PT-RS) recomendou ontem urgência na aprovação de 169 cargos de defensores públicos. A Defensoria Pública da União, conforme o senador, agoniza por falta de estrutura necessária para atender aqueles que, todos os dias, batem à sua porta.

– Apesar de a Constituição, em seu artigo 5º, estabelecer que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos e do número crescente de cidadãos carentes que chegam ao Judiciário Federal, o quadro de

defensores públicos atual conta com apenas 112 profissionais – advertiu o senador.

No mesmo pronunciamento, Paulo Paim informou que a Carta Aberta ao Estado e à Sociedade Brasileira, redigida pelo Núcleo de Parlamentares Negros do PT, reivindica “a imediata aprovação do Estatuto da Igualdade Racial”. O parlamentar ainda elogiou encontro do Serviço Social do Comércio (Sesc) que constatou que o poder público ainda não cumpriu todas as normas previstas no Estatuto do Idoso.

### Uma conquista da cidadania

A Constituição de 1988 obrigou o Estado a prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. A previsão constitucional levou à criação da Defensoria Pública da União. Entretanto, a defensoria foi criada de forma provisória e emergencial, o que motivou o defensor público-geral da União, Eduardo Flores Vieira, a enviar ofício aos 594 parlamentares pedindo uma solução para o problema.

A instalação da Defensoria Pública da União em caráter definitivo, segundo Vieira, representará a universalização do acesso à Justiça a mais de 91 milhões de brasileiros no âmbito federal.



## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

### Sessão destinada a debates

Na sessão de hoje, prevista para as 9h, não estão previstas votações de propostas. De caráter não-deliberativo, a sessão é reservada para pronunciamentos dos parlamentares. Na próxima semana, os senadores retomam o debate do Projeto de Lei de Conversão

27/05, proveniente da MP 259/05, que criou o Núcleo de Assuntos Estratégicos ligado à Presidência da República e retirou o *status* de ministério da Secretaria de Comunicação do Planalto. O texto tranca a pauta de votações desde terça-feira.

### Acordo para controle do fumo é tema de reportagem especial

A Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco, acordo ratificado pelo Senado na semana passada, vai ser o tema da reportagem especial da Rádio Senado, que vai ao ar hoje, às 20h. O texto pôs em lados opostos os que ressaltavam os prejuízos do cigarro para a saúde e os plantadores de tabaco, que temiam prejuízos se o país assinasse o acordo.

### Arte do Legislativo

O Congresso promove até o dia 18, no Salão Negro, a 3ª Mostra de Arte do Legislativo, com pinturas, esculturas e fotos de servidores do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União.

### Encantadeiras na TV Senado

Às 10h30, a TV Senado estreia o *Encantadeiras*, programa especial sobre o projeto de mesmo nome, que é uma homenagem às cantoras brasileiras e conta com depoimentos de Elisa Lucinda e Virgínia Rodrigues, entre outras.

## Projeto de Flávio Arns beneficia pessoas com deficiência e idosos

Projeto de lei apresentado pelo senador Flávio Arns (PT-PR) pretende que o benefício de prestação continuada de um salário mínimo, recebido mensalmente por pessoa portadora de deficiência e por idoso, não seja incluído no cálculo da renda mensal familiar. O objetivo da proposta (PLS 334/05), que altera a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), é permitir que mais de uma pessoa, de uma mesma família carente, receba o benefício.

A concessão do benefício, prevista na Loas (Lei 8.742/93), visa garantir a manutenção de pessoa com deficiência e do idoso a partir de 65 anos pertencente a famílias com renda mensal *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo. Flávio Arns argumenta, no entanto, que há famílias carentes com mais de uma pessoa deficiente ou idosa que



Flávio Arns propõe exclusão da prestação continuada do cálculo da renda familiar

têm recorrido à Justiça para garantir pensão ao segundo familiar incapaz de manter-se. Para o senador, essa distorção criada pela legislação tem que ser corrigida.

– Esse benefício não decorre do capital ou do trabalho empregado. Não se trata de renda, tal como definida por nosso sistema legal.

O projeto, relatado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) na Comissão de Assuntos Sociais, receberá decisão terminativa.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin,

Janaína Araújo e José do Carmo Andrade

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

*Site:* [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - *E-mail:* [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana e João Alberto Souza

Serraglio afirma que dinheiro teria saído de verba de publicidade da Visanet, empresa que tem um terço do capital sob controle do Banco do Brasil

## R\$ 10 milhões do valerioduto saíram do BB, diz relator



Com as informações prestadas ontem em entrevista coletiva pelo deputado Osmar Serraglio, relator da CPI dos Correios, começa a ser desmontada a tese de que o dinheiro repassado por Valério teria origem em empréstimos

Os recursos repassados pelo empresário Marcos Valério ao PT, pelo menos R\$ 10 milhões saíram do Banco do Brasil (BB). Essa é a conclusão a que chegou o relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) e que foi anunciada na tarde de ontem em entrevista coletiva. O dinheiro viria de verbas de publicidade da empresa Visanet, que tem o banco entre os seus sócios. Com a descoberta, a tese de que os repasses feitos por Valério teriam como origem empréstimos obtidos por suas empresas junto ao mercado financeiro começa a ser desmentida.

Serraglio explicou que em março de 2004 o Banco do Brasil antecipou um pagamento de serviços de R\$ 35 milhões à DNA, uma das agências de Marcos Valério. O dinheiro seria referente às campanhas de publicidade dos cartões do banco ligados à rede Visanet. Em abril, a DNA realizou uma aplicação de R\$ 10 milhões no banco BMG e quatro dias depois essa instituição financeira liberou empréstimo do mesmo valor para a Rogério Lanza Tolentino & Associados Ltda., empresa que pertence ao grupo de Valério. A aplicação que havia sido feita pela DNA foi usada como garantia do empréstimo. Na lista fornecida pelo empresário à

CPI, consta empréstimo de R\$ 10 milhões feito por ele ao PT por meio da Rogério Lanza Tolentino & Associados Ltda.

### Antecipação

O relator da CPI ressaltou que os R\$ 35 milhões foram pagos à DNA pelo Banco do Brasil antes da prestação do serviço, um procedimento incomum no mercado. Além disso, até 2002, a publicidade dos cartões Visanet do BB era realizada por três agências, tendo sido centralizada na DNA a partir de 2003, com a gestão de Henrique Pizzolato como diretor de Marketing do banco. Serraglio revelou ainda a existência de um documento assinado pelo diretor autorizando a antecipação do pagamento. Pizzolato também

aparece nas listas de recebedores de recursos de Marcos Valério, como beneficiário de mais de R\$ 300 mil. O ex-diretor de Marketing do BB já se aposentou.

– Fica evidente a responsabilidade de Pizzolato, que pode ser acusado de peculato por ter ajudado a desviar dinheiro do Banco do Brasil – afirmou Serraglio, antecipando que o ex-diretor do BB e outros funcionários da estatal devem ser convocados a depor.

Para o relator da CPI, a identificação dos R\$ 10 milhões como sendo originados na estatal é uma conclusão irrefutável. Serraglio disse acreditar que os recursos desviados do Banco do Brasil são dinheiro público, embora sua

origem seja a Visanet, empresa privada formada com o capital de vários bancos, entre eles o próprio BB, que é dono de 31,99% das cotas.

De acordo com Serraglio, o Banco do Brasil reconhece que não pôde identificar a prestação de serviços referentes a pelo menos R\$ 9,09 milhões do montante pago à DNA. O relator exibiu cópia de um ofício enviado no mês passado pela instituição à agência de publicidade, notificando a pendência na sua contabilidade.

### Ramificações

O desvio de recursos do BB pode ter sido ainda maior. A CPI dos Correios apurou que, em 2003, ocorreu uma operação semelhante à que resultou na liberação de R\$ 35 milhões da estatal para a DNA. Em maio daquele ano, a Visanet realizou um pagamento de R\$ 23,3 milhões à mesma agência de publicidade. No dia seguinte, foram aplicados R\$ 23,2 milhões no Banco do Brasil. Ainda em maio, a agência SMP&B, também de Valério, recebeu um empréstimo de R\$ 19 milhões do Banco Rural, que consta na relação do empresário como tendo sido repassado ao Partido dos Trabalhadores. Serraglio ressaltou que ainda há etapas não elucidadas: não se sabe como o dinheiro teria ido do Banco do Brasil para o Banco Rural.

### As várias origens dos repasses dos políticos

Desde a identificação do esquema de repasses das contas de Marcos Valério, os parlamentares já anunciaram diversas origens dos recursos. Até agora, ainda não há dados conclusivos, especialmente porque o empresário mineiro mantinha uma movimentação intensa entre as suas mais de 70 contas. As possíveis origens do valerioduto já anunciadas são:

- as empresas de telefonia ligadas ao grupo Daniel Dantas, depositárias de R\$ 150 milhões nas contas do empresário;
- superfaturamentos e desvios nos contratos de publicidade das agências de Valério com as estatais;
- tráfico de influência exercido por Valério em favor dos bancos Rural e BMG;
- os R\$ 10 milhões da Visanet;
- os R\$ 90 milhões das bonificações de volume (BV) das agências;
- o caixa dois do PT no exterior.

### Composição do capital da Visanet

A Visanet, empresa de onde partiram os recursos repassados pelo Banco do Brasil à DNA no esquema desvendado pela CPI dos Correios, é a instituição que se relaciona com os estabelecimentos comerciais que realizam vendas por meio dos cartões Visa. É uma empresa privada cujo capital se distribui da seguinte forma: 38,97% das ações pertencem ao Bradesco; 31,99% ao Banco do Brasil; 14,28% ao ABN Amro Bank; e 10% à Visa Internacional. Outros 22 bancos detêm, juntos, o restante

do capital da empresa, segundo informa o site oficial do BB.

O Banco do Brasil, dono de quase um terço da Visanet, é uma empresa de economia mista, isto é, pertence em parte à União e em parte a investidores privados. O Tesouro Nacional possui 72,1% do capital do banco; a Previ, fundo de pensão dos funcionários da empresa, detém 13,9% das ações; e a controladora BNDESpar possui 5,8%. As demais ações se distribuem entre pequenos investidores, incluindo parcela de capital estrangeiro.

Corregedor do Senado demonstra preocupação com as denúncias de diversos parlamentares de que seus telefones estariam sendo grampeados

## Tuma relata assalto a seu escritório em São Paulo



Tuma observa que não há nenhum tipo de fiscalização sobre grampos

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), corregedor-geral do Senado Federal, demonstrou ontem preocupação em relação ao grande número de parlamentares que dizem ter tido seus telefones grampeados. Para ele, isso está se tornando uma síndrome.

Tuma salientou que há mais de dois anos vem alertando para esse problema, mas que, até hoje, não há nenhum tipo de fiscalização.

O grampo existe para auxiliar as autoridades policiais a combaterem o crime organizado. O que está ocorrendo hoje é a banalização total – lamentou.

O parlamentar também relatou aos seus pares que teve seu escritório em São Paulo assaltado na madrugada de ontem, o que gerou indignação em Plenário. No entanto, ele se recusou a atribuir o fato a possíveis ações de perseguição por parte do governo.

– Prefiro acreditar que existam grupos interessados em promover um choque entre governo e oposição – disse.

Tuma recebeu apoio de Alvaro Dias (PSDB-PR), Paulo Paim (PT-RS), Heloísa Helena (PSOL-AL), Pedro Simon (PMDB-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

## João Ribeiro: grampo deixa políticos do Tocantins em pânico

João Ribeiro (PL-TO) afirmou da tribuna que os políticos do Tocantins vivem “em pânico” por causa de escutas telefônicas ilegais. Disse que os “grampos” seriam executados pela polícia do estado e prometeu apresentar projeto de lei que tornará mais severa a punição da autoridade que fizer ou autorizar escutas ilegais – hoje, o responsável pode pegar de dois a quatro anos de cadeia.

O senador informou que qualquer conversa telefônica que afete o governo do estado “chega ao Palácio Araguaia em pouco tempo”. Conforme João Ribeiro, o deputado estadual Vicentinho Alves (PL) já denunciou a prática em



João Ribeiro afirma que teor de conversas chega rapidamente ao Palácio Araguaia

discurso na assembléia, inclusive com pedido de informações, para o qual não houve resposta.

– Vou ao ministro da Justiça

pedir providências. Um estado inteiro não pode ficar nas mãos de um grupo político que usa desses expedientes – informou.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) observou que já existem equipamentos sofisticados para escuta telefônica legal, de fabricação nacional ou estrangeira, os quais oferecem os resultados gravados em CD. Muitas secretarias de Segurança já compraram tais equipamentos, acrescentou.

– Tem que haver fiscalização severa sobre isso. Só a Justiça pode autorizar escutas telefônicas. Nem CPIs podem autorizar – destacou Tuma.



Relator da CPI dos Bingos, Garibaldi Alves requereu a convocação de Vladimir Poeto

## Ex-assessor de Palocci e deputado depõem terça na CPI dos Bingos

A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos deverá ouvir na próxima terça-feira, às 11h, os depoimentos de Vladimir Poeto, ex-assessor do ministro Antonio Palocci quando este era prefeito de Ribeirão Preto (SP), e do deputado Jamil Murad (PCdoB-SP).

A requerimento do relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Poeto foi convocado para falar sobre o suposto envio de dólares por Cuba para utilização na campanha eleitoral do PT, conforme

publicado recentemente pela revista *Veja*.

Já o deputado Jamil Murad deve falar, a requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), sobre o caso Celso Daniel, prefeito de Santo André (SP) assassinado em janeiro de 2002. O deputado – que é médico e presenciou a necropsia do corpo de Daniel – participa constantemente das reuniões da comissão de inquérito, mas não tem direito a voz porque a comissão de inquérito funciona no âmbito do Senado.

## Suplicy parabeniza Lula por participar do programa Roda Viva

Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ontem que enviou mensagem ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, elogiando sua decisão de comparecer ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, na próxima segunda-feira. O senador lembrou que, por diversas vezes, aconselhou o presidente a dar mais entrevistas coletivas e lhe sugeriu também fazer uma visita ao Congresso para manter diálogo constante com os parlamentares.

O senador disse que a imprensa tem se queixado de que as entrevistas do presidente são escassas, ocasionando com isso “certos entreveros” entre as partes. Suplicy recordou que na terça-feira passada Lula se irritou, em uma cerimônia, com a insistência dos jornalistas em lhe fazer perguntas. Conforme o parlamentar, se houvesse disposição de diálogo por parte do presidente da República, situações como essa não ocorreriam.

Ex-presidente da Comissão



Suplicy aconselha presidente a conceder mais entrevistas coletivas

de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Eduardo Suplicy considerou importante a visita oficial do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ao Brasil, neste sábado. Ele disse que a visita irá servir para estreitar as relações de amizade e para discutir as divergências entre os dois países.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) pediu a Suplicy que oriente o presidente da República para que tenha cautela no encontro com Bush.

**Museu do Senado**  
Uma história de arte

O Senado Federal possui um museu para lembrar a sua importante presença na vida do Brasil. Venha conhecer de perto nossa história.

2ª a 6ª feira  
Manhã - 9h30 às 11h30  
Tarde - 14h30 às 17h30

Sábados, domingos e feriados  
10h 11h 12h 13h 14h

Informações: 311-4331/4029

www.senado.gov.br

## Oposição analisa processo na Justiça contra o presidente

As lideranças do PSDB e do PFL no Senado determinaram às suas respectivas assessorias jurídicas que seja feito estudo para avaliar se o presidente Lula cometeu crime eleitoral nas eleições de 2002, tomando por base denúncias da revista *Veja* de que o PT teria recebido US\$ 3 milhões do governo de Cuba para serem usados na campanha à Presidência da República.

Caso os advogados conclua pela existência de indícios e elementos jurídicos fortes de que, de fato, houve desrespeito às regras eleitorais, a oposição representará na próxima semana junto ao Ministério Público Federal (MPF) ou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para que as denúncias sejam apuradas.

Sob o título “Campanha eleitoral de Lula recebeu dinheiro de Cuba”, a revista conta que os US\$ 3 milhões, acondicionados em caixas de bebida, circularam por Brasília e Campinas até chegar ao comitê de Lula em São Paulo. O governo nega as acusações e promete entrar na Justiça contra a revista por calúnia e difamação.

### CPI vai apurar

A matéria repercutiu de imediato na CPI dos Bingos. É que Vladimir Poletto, que teria fornecido à *Veja* detalhes sobre o ingresso do dinheiro, já estava na lista de pessoas que seriam convocadas para depor. Ele falaria sobre denúncias de tráfico de influência para beneficiar grupos empresariais, quando era assessor do atual ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na prefeitura de Ribeirão Preto (SP), em 2002. As denúncias da revista aceleraram o depoimento de Poletto, marcado para a próxima terça-feira.

Outro personagem que deverá ser convocado novamente, dessa vez para falar sobre a “Operação Havana”, ou seja, a possível remessa de ajuda cubana para o PT, é Rogério Buratti, também ex-assessor de Palocci. A data do depoimento ainda será marcada.

As denúncias sobre a “Operação Havana”, as investigações do assassinato do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel, e o escândalo da Máfia do Apito, em que árbitros de futebol exigiam propina para manipular resultados dos campeonatos Brasileiro e Paulista, forçaram a prorrogação dos trabalhos da CPI para abril de 2006. O relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), deverá apresentar um relatório parcial em dezembro próximo.

Alvaro analisa a credibilidade do Congresso. Simon lamenta que reforma política não tenha sido votada na Câmara

# "Só reforma reabilita Congresso", diz Alvaro



Alvaro destaca que principais pontos das mudanças foram aprovados pelo Senado

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu ontem uma reforma profunda no sistema político e eleitoral como saída para o Congresso Nacional e as instituições democráticas reaverem a credibilidade. Para o senador, as instituições estão desacreditadas e o Parlamento, “rejeitado pela opinião pública”. Ele acrescentou que o descrédito é tal que se aprofunda dia a dia por conta de “um modelo político superado, condenado pela população brasileira”.

– O povo brasileiro daria uma surra no Congresso por não ter tido a competência necessária para dar ao país um novo sistema político – disse o senador, referindo-se às recentes afirmações de parlamentares sobre a possibilidade de dar “uma surra” no presidente Lula.

Alvaro lembrou que o Senado já aprovou os principais pontos da reforma, como o financiamento público de campanhas, a cláusula de barreira e a federação de partidos. Mas, observou,

“a Câmara ignorou o que teve origem no Senado, atrasando os procedimentos”.

O senador defendeu também a reforma como maneira de reduzir os custos das campanhas. Segundo ele, os elevados gastos são uma das raízes da corrupção.

– A corrupção na administração pública quase sempre começa na campanha, quando alguns eleitos retribuem com dinheiro oriundo dos cofres públicos os recursos recebidos na campanha – apontou.

## O que foi aprovado pelo Senado

### Doações

As doações e contribuições ficam limitadas, no caso de pessoa física, a 10% dos rendimentos brutos do ano anterior à eleição

No caso de pessoa jurídica ou conglomerados, a 2% da receita bruta do último exercício financeiro

### Doações (vedações)

É vedado a partido ou candidato receber doação procedente de pessoa jurídica sem fins lucrativos, de sociedades beneficentes e esportivas e de organizações não-governamentais

### Contas da campanha

É obrigatório, para o partido e os candidatos, abrir conta bancária específica para registrar todo o movimento financeiro da campanha

### Responsabilidade pelas informações financeiras

O candidato é, solidariamente com o gestor do comitê financeiro, responsável pela veracidade das informações financeiras e contábeis de sua campanha

### Propaganda eleitoral

A propaganda eleitoral é permitida a partir de 1º de agosto do ano da eleição

É vedada, na campanha eleitoral, a distribuição de camisetas, bonés, canetas, brindes e afins, assim como de qualquer outro objeto que possa proporcionar vantagens ou utilidades ao eleitor

É proibida a apresentação, remunerada ou não, de artistas com o fim de animar comícios e reuniões eleitorais

### Gravação de programas

Os programas de rádio e de TV serão gravados em estúdio e deles somente poderão participar o candidato e filiados ao seu partido, sendo vedadas as gravações externas, montagens ou trucagens

### Pesquisas eleitorais

É vedada a divulgação de pesquisas eleitorais a partir do 15º dia anterior até as 18h do dia do pleito

### Horário eleitoral gratuito

Nas emissoras de rádio e de televisão, será transmitido nos 35 dias anteriores à antevéspera das eleições

## Simon lamenta que mudanças não tenham sido votadas na Câmara

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou ontem, da tribuna, que a Câmara dos Deputados não tenha ainda votado os pontos da reforma política já aprovados pelo Senado Federal.

O prazo final para mudanças nas regras eleitorais para o pleito do ano que vem expirou em 30 de setembro último, explicou Simon. Na avaliação do senador, o Congresso Nacional não demonstra preocupação com as

eleições de 2006, mesmo com o aparecimento recente de denúncias de corrupção envolvendo financiamento de campanhas de partidos políticos.

– O Senado fez sua parte, votamos uma lei quase completa, contendo pontos da reforma eleitoral e da reforma política – afirmou.

Simon lembrou que, entre os vários pontos já aprovados pelo Senado, constam o financiamento

público de campanhas; a obrigatoriedade dos programas políticos na TV serem ao vivo, sem produção publicitária; e medidas que poderiam acabar com o chamado caixa dois nas campanhas.

– Medidas importantíssimas foram tomadas. Princípios da maior relevância, e a Câmara não aprovou a lei até 30 de setembro. Não vamos modificar nada para o ano que vem? – questionou o senador.



Simon sugere que a Câmara aprove as novas regras, que acabam com caixa dois

## Agências enfrentam dificuldades em todo o mundo

Com base na experiência de inúmeros países que implantaram agências reguladoras, estudo do Banco Mundial faz uma série de recomendações quanto ao funcionamento dessas instituições. Veja alguns problemas e as recomendações do banco para enfrentá-los:



PROBLEMA	RECOMENDAÇÃO
Marco legal inadequado	Aperfeiçoar o marco existente por meio de melhores mecanismos de resolução de conflitos, assegurando-se a independência das agências
Indefinição do papel da agência e do escopo da regulação	Formular diretrizes que definam melhor o papel das agências e o escopo da regulação
Necessidade de <i>benchmarking</i>	Países grandes com múltiplos prestadores de serviços devem estabelecer sistema de informação no nível central
Falta de independência e autonomia	Autonomia política das agências no processo de tomada de decisões

Fonte: Banco Mundial ([www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)) e Confederação Nacional da Indústria ([www.cni.org.br](http://www.cni.org.br))

Projeto de José Jorge, em exame na CCJ, atribui prerrogativa à Casa, se o presidente da República não fizer a indicação no prazo de 90 dias após a vacância do cargo

## Escolha de dirigente de agência poderá ser feita pelo Senado

O Senado Federal pode ter a prerrogativa de indicar e nomear os dirigentes das agências reguladoras se, decorridos 90 dias da vacância dos cargos, o presidente da República não fizer a designação. A determinação está prevista em projeto de autoria do senador José Jorge (PFL-PE) que deve ser votado, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na próxima quarta-feira.

A competência do chefe do Executivo para escolher e nomear o presidente e os demais membros dos conselhos diretores das agências reguladoras está no artigo 5º da Lei 9.986/00, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos dessas instituições. José Jorge, no entanto, considera

que está havendo descaso por parte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva quanto a essa atribuição porque alguns órgãos reguladores estão com diretorias vagas há certo tempo.

O parlamentar cita o caso da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que desde maio aguarda a indicação de dois novos diretores e pode deixar de tomar decisões por falta de quórum, uma vez que apenas três dirigentes respondem pela entidade.

– Depois de apresentar um projeto de lei, com urgência constitucional, alterando substancialmente o conceito das agências à luz da larga experiência internacional de autarquias com autonomia administrativa e

financeira, o governo parece que abandonou a sua preocupação com o destino das agências e deixou o projeto “mofando” na Câmara dos Deputados.

Para Romero Jucá (PMDB-RR), que apresentou parecer favorável, a proposta de José Jorge (PLS 322/05) reflete a preocupação do Senado com o interesse público e com o bom desempenho da administração pública federal.

– Com efeito, a estabilidade e a continuidade administrativa e operacional da gestão das agências reguladoras não podem ficar à mercê das omissões e hesitações da autoridade que atualmente detém a competência para fazer as indicações dos novos dirigentes a esta Casa – observou.

## Simon quer impedir envio de cartão não solicitado

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) quer impedir que empresas enviem cartões de crédito sem autorização prévia dos consumidores. Para coibir essa prática, apresentou projeto alterando o Código de Defesa do Consumidor para explicitar a “disponibilidade de crédito” entre os serviços cujo envio sem autorização do cliente é proibido.

Ao justificar a proposta, Simon afirma que, apesar de a legislação

atual proibir o envio de serviços e produtos não solicitados, as empresas remetem cartões de crédito sem o pedido do cliente. Isso cria obrigações não desejadas, contra as quais a pessoa precisa recorrer à Justiça, observa ele.

– O entendimento jurisprudencial é pacífico no sentido de que tal oferta de crédito é uma relação de consumo imposta, draconiana e, portanto, ilegal conforme ao código – afirma Simon.

O senador propõe nova redação ao inciso III do artigo 39 do código para impedir o envio ou entrega ao consumidor, sem solicitação prévia, de qualquer produto, serviço ou disponibilidade de crédito.

A proposta de Simon, que tem como relator o senador Gerson Camata (PMDB-ES), receberá decisão terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

## João Alberto cobra investimentos para dinamizar o turismo no país

João Alberto Souza (PMDB-MA) defendeu ontem a destinação de mais investimentos federais para dinamizar o turismo no país. Ele disse que o setor é um dos principais geradores de emprego e renda no mundo.

O senador citou a cidade de São Luís, capital do Maranhão, como um dos pontos turísticos mais promissores e menos explorados do Brasil. E classificou como “paraísos turísticos” as praias do Nordeste, a Amazônia, Brasília e os estados da Bahia e de Minas Gerais, entre outros.

– Nosso país tem condições e precisa tornar-se um destino para grande parte dos turistas que procuram o lazer em contato com a natureza, conhecendo povos, culturas e histórias diferentes. É preciso uma política para o turismo no Brasil.

João Alberto afirmou que a capital do Maranhão exibe “ativos como a arquitetura, os mo-



Fotos: Roosevelt Pinheiro

João Alberto sugere a adoção de uma política nacional para o setor

numentos históricos, os festejos populares, a exemplo do bumba-meu-boi, rios, praias, cachoeiras e a ilha de Alcântara, onde se encontra o Centro de Lançamento da Aeronáutica”.

O senador lembrou que São Luís possui o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) apoiou o pronunciamento.

### ▼ Movimento é considerado pequeno

Com grande potencial turístico, o Brasil poderia situar-se hoje entre os principais destinos de visitantes estrangeiros. Entretanto, as estatísticas revelam que o movimento de turistas procedentes do exterior ainda é pequeno, se considerados até mesmo países bem menores que o nosso. Também

é pouco significativo o chamado turismo interno.

Segundo a Embratur, o Brasil atingiu a marca de 5 milhões de visitantes estrangeiros.

As metas para 2007 visam atrair 9 milhões de estrangeiros; gerar 1,2 milhão de empregos; e chegar a US\$ 8 bilhões em divisas.

## Eduardo protesta contra tarifas elevadas de energia no Tocantins

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) pediu ontem, em discurso no Plenário, providências do governo do seu estado para reduzir as tarifas de energia elétrica. Para o senador, “é um contra-senso que elas sejam tão elevadas, já que o Tocantins, com suas fontes abundantes de água, exporta energia para o resto do país”.

Embora seja sócio em 49% das centrais elétricas, o governo do estado, segundo ele, alega que tal providência caberia à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Mas, na opinião do parlamentar, “o governo pode, sim, fazer muito, a começar pela redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços”. Existem estados que isentam o consumo de até 120 KWh”, observou.

O senador informou que apresentou à Aneel um requerimento solicitando a decomposição da



Eduardo diz que a população precisa ser informada sobre o que está consumindo

tabela que fixa o preço da energia elétrica, para que a população saiba o que está consumindo.

– Precisamos entender o que exatamente está originando o preço maior da tarifa de energia elétrica em nosso estado. O Tocantins tem que ser competitivo, tem que crescer, e a energia é a maior riqueza de um povo – afirmou.

Em apartes, Eduardo recebeu o apoio dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Mão Santa (PMDB-PI).



José Jorge relata morte de sobrinho com a doença e quer vacinação em massa

## José Jorge propõe dia de prevenção da catapora

O combate à catapora poderá ser reforçado com a instituição de data para campanhas destinadas a conscientizar a sociedade sobre a importância da vacinação contra a doença. Com esse objetivo, José Jorge (PFL-PE) apresentou projeto para que o Dia Nacional de Prevenção da Catapora ou Varicela seja celebrado em 5 de agosto.

A matéria (PLS 352/05) receberá decisão terminativa na Comissão de Educação (CE), onde aguarda designação de relator. No texto, o autor explica que a doença atinge todas as faixas etárias, mas que metade das ocorrências está registrada entre os menores de quatro anos. O senador esclarece ainda que a doença é causada pelo vírus *Varicela-zoster* e pode ser letal em pacientes com baixa resistência imunológica.

José Jorge critica o fato de a vacina contra a catapora estar fora do calendário oficial de vacinação no Brasil, em virtude do custo.

– Não obstante (o custo), todos os pediatras em consultórios particulares recomendam que os pais de seus pacientes vacinem seus filhos por volta dos 12 meses de idade – observou.

Para torná-la disponível à população, inclusive adultos, o senador afirmou que vai buscar todas as soluções legislativas necessárias. Já apresentou, inclusive, requerimento de informações sobre a doença ao Ministério da Saúde, proposição que também aguarda decisão na CE.

José Jorge revela que adquiriu maior conhecimento sobre a doença após a perda de um sobrinho, falecido em 5 de agosto passado, depois de contrair a doença. Os óbitos causados pela catapora decorrem de complicações secundárias, como infecções das lesões, pneumonia e encefalite. As vítimas também são preferencialmente crianças menores de quatro anos em cerca de 75% dos casos. Em São Paulo, com 60 mil ocorrências notificadas em 2003, foram registradas 60 mortes.

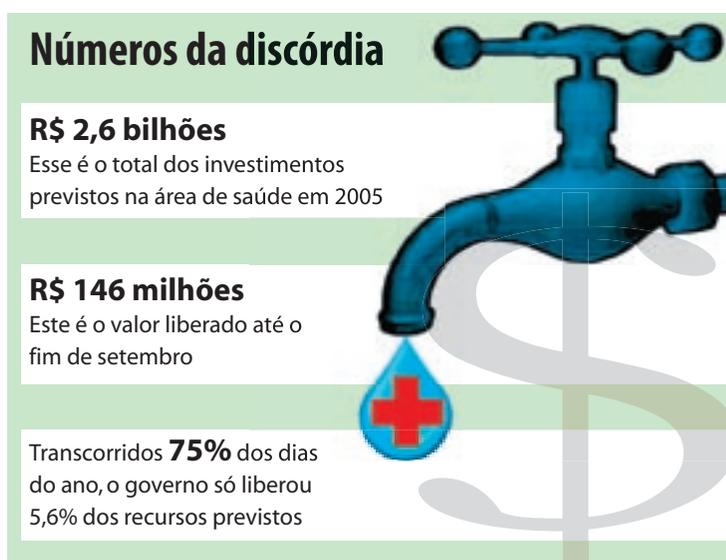
Senadora considera inadmissível que, a dois meses do fim de 2005, governo tenha investido apenas R\$ 146 milhões dos R\$ 2,6 bilhões previstos para o setor

# Só 5,6% da verba para saúde foram liberados, afirma Heloísa

Heloísa Helena (PSOL-AL) acusou o governo de não liberar nem mesmo as verbas do Orçamento da União que escaparam do “maldito contingenciamento” imposto por decreto do presidente da República. A senadora considerou inadmissível que, dos R\$ 2,6 bilhões que poderiam ser gastos este ano na área de saúde, até o fim de setembro só haviam sido liberados R\$ 146 milhões, ou seja, apenas 5,6% do Orçamento, apesar de transcorridos 75% dos dias do ano.

– Maldito contingenciamento. Como líder do PT, eu criticava o governo Fernando Henrique pelo mesmo motivo. Agora, vejo o governo Lula fazer pior. Por que não contingenciam os gastos com os juros que vão encher a pança dos banqueiros? – questionou.

Vestindo uma camiseta com a frase “Fora Bush”, Heloísa Helena estendeu suas críticas às liberações para a área de educação, habitação e saneamento. No caso da habitação, até o dia 30 de setembro só haviam sido liberados 2,7% do Orçamento. Já a área de saneamento recebeu



apenas 5,6%.

– Eles não cumprem nem o que está na lei. É isso que dá raiva. Fazem tudo isso para conseguir um superávit nas contas públicas para pagar os juros dos banqueiros – observou.

A senadora por Alagoas disse ainda que o governo faz o contingenciamento “com a conivência do Congresso, que não cumpre o seu papel, que não exige a execução do Orçamento que aprova”.



Para Heloísa, governo não investe em educação, habitação e saneamento

## Mão Santa quer que governo forneça vacina para aftosa



Mão Santa

Mão Santa (PMDB-PI) manifestou ontem sua preocupação com a disseminação da febre aftosa pela falta de vacina fornecida pelo governo.

O senador deu como exemplo o Piauí, que conta com apenas 150 mil doses da vacina para um

contingente de 1,8 milhão de cabeças de gado. Seria como vacinar apenas 8% do rebanho, comentou Mão Santa, que exigiu responsabilidade do governo.

Ele disse que o quadro é ainda mais grave porque o estado, além da tradição na criação de gado, mantém também a caprinocultura e a ovinocultura, que podem ser afetadas.

Mão Santa sugeriu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que veja o filme *O Indomável*, com Paul Newman, que relata as consequências da febre aftosa em uma fazenda texana, para ter noção da gravidade do problema, “uma doença que afeta o bolso”, completou o senador pelo Piauí.

## Falta de verbas é causa de problemas das universidades



Augusto Botelho

Ao apelar ao governo federal e ao Congresso para que se encontrem saídas para a crise da universidade pública, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) afirmou que o congelamento de verbas para custeio das universidades federais é a principal

causa do sucateamento.

A falta de recursos nos últimos dez anos, reconhecida pelo próprio Ministério da Educação, explicaria ainda, na análise do senador, os baixos salários de docentes e funcionários, e as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores para continuar com seu trabalho.

– Isso é moralmente inaceitável e, sob o ponto de vista do desenvolvimento do país, é simplesmente desastroso – disse.

Augusto Botelho observou também que o grande capital que move hoje a economia é o saber, sendo indispensável a presença ativa e atuante da universidade pública brasileira.



Paulo Octávio comemora resultado de pesquisa da Fundação Getúlio Vargas

## Paulo Octávio vibra com qualidade de vida no DF

Paulo Octávio (PFL-DF) registrou o fato de Brasília ter ficado no topo do *ranking* das 11 capitais – Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Goiânia, Fortaleza, Recife e Salvador – com a melhor qualidade de vida, segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas.

O senador informou que em Brasília a pesquisa restringiu-se ao Plano Piloto, daí a grande distância em relação às demais cidades. Enquanto a pontuação da capital federal foi de 108% acima da média, Goiânia, a segunda colocada, obteve apenas 27,92%. Outra revelação é que a classe E de Brasília, que ganha até R\$ 300 mensais, tem percepção nula da violência.

– Aqui se encontram brasileiros de norte a sul e a cidade ostenta multifaces do país – observou.

O senador relatou que estudos recentes mostram que as cidades-satélites do DF, a exemplo da capital, têm melhor qualidade de vida que a média nacional.

## Feira do Livro: Senado promove noite de autógrafos

Depois de uma semana de funcionamento, os livros *Curso de Direito Constitucional*, *Curso de Direito Administrativo e Licitação e Contratos Administrativos*, todos do professor Henrique Savonitti Miranda, estão entre as cinco publicações mais vendidas pelo Senado Federal na 51ª Feira do Livro de Porto Alegre. No dia 10 de novembro, às 18h, o autor participará de noite de autógrafos no estande do Senado. Completam a lista das cinco obras mais vendidas a Constituição federal e o *Manual de Padronização de Textos*.



Ao prestar contas de sua atuação, Serys ressalta a liberação de verba para rodovia

## Serys divulga ações realizadas em favor de Mato Grosso

Serys Shessarenko (PT-MT) fez ontem, durante visita a alguns ministérios, prestação de contas de sua atuação no Senado com o objetivo de buscar soluções para problemas de seu estado. Nos ministérios dos Transportes, das Cidades e do Meio Ambiente, a senadora foi acompanhada pelo governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, pelo prefeito de Rondonópolis, Adilton Sachetti, e por parlamentares do estado.

A senadora anunciou a liberação de verbas para construção de pontes e asfaltamento na BR-158, além de R\$ 30 milhões resultantes de emenda da bancada ao Orçamento, para serem aplicados na rodovia.

Serys comemorou ainda a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, de projeto de sua autoria que fixa o ano de 2006 como o Ano Nacional de Santos Dumont.

## Frente Parlamentar pelo Pleno Emprego promove audiência

A Frente Parlamentar pelo Pleno Emprego promoverá audiência pública na segunda-feira, no Senado Federal. O encontro contará com a presença dos professores Carlos Thadeu de Freitas Gomes, do Ibmec no Rio de Janeiro, ex-diretor do Banco Central e da Petrobras; e Ricardo Carneiro, do Departamento de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp).

Esta será a terceira de uma série de nove audiências e terá como tema "A Promoção do Pleno Emprego e o Financiamento de Políticas Públicas". Um dos objetivos do ciclo de debates é gerar subsídio para projetos de lei que visem ao pleno emprego.

A frente parlamentar é presidida por Marcelo Crivella (PMR-RJ).

Senadora considera que as mudanças no Fundo de Assistência Social, propostas pelo relator do Orçamento de 2006, deputado Carlito Merss, poderão enfraquecer o Peti

**Programa reconhecido**

Criado em 1994, o Peti conseguiu reduzir em cerca de **1 milhão** o número de crianças em trabalhos penosos e degradantes – de **3,5 milhões para 2,5 milhões** –, segundo Lúcia Vânia

O programa, de acordo com a senadora, obteve reconhecimento internacional: foi premiado pelas Nações Unidas

# Lúcia Vânia defende programa de combate ao trabalho infantil

Lúcia Vânia (PSDB-GO) alertou para o possível enfraquecimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) com as mudanças propostas pelo relator do Orçamento 2006, deputado Carlito Merss (PT-SC), no Fundo de Assistência Social. Na prática, segundo a senadora, a maior parte dos recursos atualmente destinados ao Peti seria transferida para o Bolsa-Família: cerca de R\$ 900 milhões, de R\$ 1,3 bilhão do programa.

Lúcia Vânia questionou a eficácia do Bolsa-Família para combater o trabalho infantil. Ela observou que o dinheiro da bolsa do Peti, embora recebido pelas mães, pertence às próprias crianças.

– Quando o recurso vai para a família, deixa de ser um direito individual da criança. Perde-se



Transferência de verbas do Peti para o Bolsa-Família é criticada por Lúcia Vânia

o maior estímulo que a criança pode ter para estar na escola, desenvolver suas habilidades e poder, amanhã, disputar o mercado de trabalho em igualdade de condições com a criança que estuda em escola particular – disse a senadora.

A bolsa do Peti, no valor de R\$

40 por criança nas cidades e R\$ 25 na zona rural, inclui complemento de, respectivamente, R\$ 10 e R\$ 20 para os alunos que fiquem na escola em tempo integral, a chamada jornada ampliada, com reforço pedagógico.

Em entrevista à Agência Senado, a senadora lembrou que o Peti, criado em 1994, conseguiu reduzir em cerca de 1 milhão o número de crianças em trabalhos penosos e degradantes – de 3,5 milhões para 2,5 milhões. Ela também destacou o fato de o programa haver obtido reconhecimento internacional, tendo sido premiado pelas Nações Unidas.

– De um programa que tem resultado, você passa para um programa que é assistencialista, que não dá atenção para o trabalho infantil – criticou Lúcia Vânia.

## Governo federal abandonou o nordeste goiano, diz Demostenes

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou em Plenário que o nordeste de Goiás, não fossem os esforços do governo estadual, estaria relegado ao completo abandono, apesar das promessas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando de sua visita ao município de Cavalcante para a inauguração de projeto de irrigação rural, em março de 2004.

Demostenes disse que os 20 municípios da região classificados como turísticos têm realizado esforços para se desenvolverem, em parceria com o governo estadual. Ele afirmou que há empresários interessados em investir na região, mas falta vontade política

do governo federal.

– Faltam investimentos sérios para gerar empregos – enfatizou.

O senador citou projetos criados pelo governador Marconi Perillo, como o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Goiano – com atendimento na área social, construção de rodovias, saneamento e pavimentação de ruas – e o projeto de irrigação na cidade de Flores, além de ações para ampliar o acesso à eletrificação rural.

De acordo com Demostenes, o ciclo de estudos Agenda Goiás, organizado pelo jornal *O Popular*, concluiu que, dos 30 municípios goianos mais pobres, 16 ficam no nordeste do estado e, dos 20 mu-



Demostenes cobra promessas feitas por Lula na região, no início de 2004

nicipios da região, 15 estão entre os de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Demostenes informou ainda que apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC), já aprovada pela Comissão de Justiça (CCJ), que inclui o cerrado e a caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional, com o objetivo de deter o desmatamento.



Alberto Silva propõe construção de calha forrada para coleta de água da chuva

## Alberto Silva sugere medidas contra a seca e a fome

Alberto Silva (PMDB-PI), preocupado com a seca no Nordeste, sugeriu ao governo a construção de calhas e reservatórios forrados com lonas plásticas nos pequenos povoados, destinados a coleta de água da chuva, como solução de baixo custo para o atendimento de 1 milhão de pessoas.

– Uma chuva de 30 milímetros coloca 30 litros de água por metro quadrado, sendo 300 metros cúbicos de água por hectare – disse.

Alberto Silva afirmou que as cisternas, por serem de concreto, não resistem muito tempo e contaminam a água. Já o carro-pipa, observou, deveria receber um filtro, que já é utilizado pelo Exército.

Para resolver o problema da fome, o senador propõe que o governo faça estoque de soja e distribua à população afetada pela seca. Ele explicou que meio quilo do grão propicia quatro litros de leite e 20 bifês.

## Agaciel destaca campanha de doação de sangue

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, visitou ontem o posto de doação de sangue da Fundação Hemocentro de Brasília (FHB), no estacionamento do Centro Gráfico do Senado. A campanha "Quem faz o Senado tem compromisso com a vida", que começou na terça-feira e terminou ontem, mobilizou 80 servidores, com a oferta de 450 mililitros de sangue cada um.

– O sucesso da campanha demonstra a sensibilidade com a falta de sangue da rede hospitalar do DF e a preocupação com a área de saúde do DF – disse Agaciel.

O diretor-geral acrescentou que, devido ao êxito da campanha – idealizada pela Secretaria de Recursos Humanos –, outras poderão ser realizadas.